

Brasil pode ter novos empréstimos antes da eleição

Teodomiro Braga

NOVA IORQUE — O Brasil poderá ser beneficiado antes das eleições de novembro pelos recursos previstos no Plano Brady para redução da dívida externa, segundo asseguraram ao *JORNAL DO BRASIL* fontes qualificadas do Comitê de Negociação dos Bancos Credores e do governo americano. O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, já fez sondagens junto à cúpula do Departamento do Tesouro norte-americano e os representantes dos bancos credores, recebendo sinais positivos à sua proposta de reabrir logo as negociações para a reestruturação da dívida dentro das condições mais favoráveis previstas no plano, que está sendo preparado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady.

“O sr. Nóbrega quer fazer logo um acerto para a diminuição da dívida, para demonstrar que o Plano Brady funciona”, revelou um importante banqueiro novaiorquino envolvido na questão da dívida externa brasileira. Segundo sua previsão, um acordo deverá ser concretizado dentro de três meses. As conversações ainda estão em fase preliminar, mas já se sabe que a proposta a ser apresentada pelo governo brasileiro deverá incluir a troca de um significativo montante da dívida por bônus de longo prazo, com desconto baseado na desvalorização dos títulos do débito brasileiro no mercado secundário — hoje em torno de 65%.

Caso se confirmem as expectativas otimistas dos círculos financeiros em Washington e Nova Iorque, a conclusão de um amplo acordo de renegociação da dívida nos próximos meses poderá ter um significativo impacto eleitoral, pois esvaziaria um dos principais temas da oposição na campanha eleitoral. A bandeira da luta pela drástica redução das transferências de recursos ao exterior, que já é espalmada firmemente por Lula e Brizola, despertaria menos entusiasmo junto à opinião pública se o governo conseguisse por em prática um esquema de efetiva redução da dívida — e consequentemente dos pagamentos dos juros ao exterior — em meio à campanha eleitoral.

Convicção — Embora os termos exatos do projeto do secretário do Tesouro norte-americano ainda não tenham sido divulgados — o que deverá ocorrer no próximo mês —, o chamado Plano Brady, para alívio do peso do débito externo das nações do Terceiro Mundo, já é considerado uma realidade irreversível no mercado financeiro internacional. A idéia básica é usar recursos do Banco Mundial e do FMI, num montante previsto entre US\$ 20 bilhões e US\$ 25 bilhões nos próximos três anos, para viabilizar diversos esquemas de diminuição da dívida em cogitação. Pretende-se utilizar esses fundos especiais, por exemplo, para financiar programas de recompra de dívidas ou para garantir os bônus a serem emitidos

dos pelos governos dos países devedores para troca por parte de seus débitos.

A condição essencial para um país endividado ter acesso aos recursos do Plano Brady, insiste-se em Washington e Nova Iorque, é estar em plena execução de políticas de ajustamento econômico, de acordo com programas acertados com o FMI e o Banco Mundial. Além disso, acrescenta um influente banqueiro, é necessário “demonstrar vontade política” de superar os problemas econômicos internos e a crise da dívida externa em conformidade com as regras da economia de mercado.

Com base nesses parâmetros, os banqueiros parecem dispostos a assumir uma posição favorável ao Brasil, em contraste com a sua visão extremamente negativa em relação ao dilema argentino. Sob o comando do ministro Maílson da Nóbrega, o Brasil fez acordo com o FMI, voltou a pagar os juros da dívida em dia e vem implementando um duro programa de ajustamento econômico, avaliam os banqueiros da Wall Street, complementando: por tudo isso, o Brasil merece atenção especial da comunidade financeira internacional. Esta surpreendente boa vontade em relação ao Brasil é compartilhada pela equipe do secretário Brady.

Esquerda — Além de representar uma clara demonstração de apoio à política do ministro Maílson, esse posicionamento positivo dos bancos comerciais diante do caso brasileiro também parece estar relacionado com sua compreensão sobre o delicado momento político do país e a importância que a questão da dívida externa deverá assumir na campanha eleitoral. Em recente encontro em Nova Iorque, por exemplo, o presidente do Comitê de Negociação dos Bancos Credores, William Rhodes, não demonstrou qualquer sinal de preocupação com as afirmações de um dos presentes de que a esquerda poderá ganhar as eleições de novembro e que nenhum dos candidatos terá chance de vencer o pleito se deixar de incluir em sua plataforma eleitoral proposta de forte redução nos gastos com os pagamentos da dívida. Rhodes reconheceu a validade da colocação, mas lembrou que, em sua recente viagem à Europa, Lula admitiu pagar a dívida externa. Ele também manifestou interesse em saber das perspectivas eleitorais “do governador de São Paulo”.

Assim como os banqueiros, também os funcionários do Departamento do Tesouro se mostram otimistas sobre as possibilidades de concretização de pelo menos parte do Plano Brady em relação ao Brasil antes das eleições de 15 de novembro. “O Brasil atende a todas as condições exigidas para ter acesso aos recursos do plano”, disse ao *JORNAL DO BRASIL* um dos principais assessores do secretário Brady. Segundo ele, “não será surpresa se houver uma redução de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões” na dívida externa brasileira este ano.